

ICMBio

Edição 567 – Ano 12 – 24 de julho de 2020

em foco

ICMBio e parceiros controlam incêndio na Serra da Mantiqueira

Encontro planeja ações do Processo de Avaliação do Risco de Extinção

Por que não devemos soltar animais exóticos na natureza?



NGI Salgado Paraense garante a participação social nos Planos de Manejo

Em tempos de isolamento social, o uso da tecnologia foi mais que necessário para a continuidade de quase todos os tipos de trabalho. Com o ICMBio não foi diferente. Para não interromper o importante processo de elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Maracanã, no litoral paraense, os servidores do Núcleo de Gestão Integrada Salgado Paraense, responsável pela UC, se valeram da tecnologia e da criatividade a fim de assegurar a participação social e democrática do processo.

Eles criaram um grupo de acompanhamento remoto composto pelas associações que representam as mais de mil famílias reconhecidas como beneficiárias da UC, como a Associação de Usuários da Resex Marinha de Maracanã (Auremar), a Central das Associações de Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense (Caurem), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem), além do Instituto Federal do Pará (IFPA) e do

Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (Numa/UFPA). Essas instituições integram o Conselho Deliberativo da unidade e garantem a representação das populações tradicionais e do setor acadêmico, assim como enriquecem o início do planejamento ao oferecer múltiplas perspectivas

Adicionalmente, o NGI Salgado Paraense tem encaminhado eletronicamente informações e minutas dos produtos a todos os membros do Conselho Deliberativo, de forma a garantir a transparência do processo e possibilitar a contribuição dos conselheiros por telefone, mensagens ou e-mail.

Além disso, a fim de possibilitar a ampla participação da sociedade na construção do Plano de Manejo da Resex Maracanã, está sendo oferecida a possibilidade de envio de contribuições técnicas, científicas e empíricas para o e-mail: ngi.salgadoparaense@icmbio.gov.br.

Processo de plano de manejo é conduzido virtualmente com a participação de entidades que representam os moradores e o setor acadêmico

Encontro planeja ações do Processo de Avaliação do Risco de Extinção

O Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC) organizou um encontro virtual entre a coordenação do Processo de Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira e os demais Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio e suas equipes de apoio. A reunião, ocorrida entre 13 e 16 de junho, contou com a participação de 58 pessoas, entre pontos focais, bolsistas e demais servidores que contribuem com o Processo de Avaliação em 13 centros de pesquisa. O CBC é o Centro responsável por coordenar o processo.

Durante o encontro, ocorreu um nivelamento para quem começou a ter contato recente com o processo de avaliação, como é o caso dos bolsistas que iniciaram em 2020. Nesta primeira parte, também foram repassados informes gerais que salientaram pontos de atenção e boas práticas na execução das diferentes etapas da avaliação.

Na segunda parte da reunião, cada ponto focal apresentou a situação dos trabalhos, bem como os principais desafios encontrados em 61 grupos taxonômicos. Após cada apresentação, discussões em plenária levantaram pontos importantes para aprimorar o processo de avaliação.

Na opinião do servidor do CBC e ponto focal de quatro grupo de espécies, Estevão de Souza, "a construção meticulosa das etapas como uma das diretrizes do processo de avaliação do risco de extinção e o cumprimento dos prazos de cada etapa propicia o bom



Encontro virtual reuniu 58 pessoas de 13 centros de pesquisa do ICMBio

andamento do processo hoje". O coordenador do CBC, Rodrigo Jorge, acrescenta que "a troca de experiências proporcionada pela reunião, com compartilhamento tanto dos desafios quanto das boas práticas foi muito enriquecedora, e será cada vez mais estimulada pela coordenação".



Nascimentos de tartarugas-da-amazônia na Rebio Abufari batem o recorde de 2018

O ciclo de 2019 foi encerrado com chave de ouro na Reserva Biológica (Rebio) Abufari, no Amazonas, com o nascimento de 174.468 mil filhotes de tartarugas-da-amazônia (*Podocnemis expansa*). O número superou o total de nascimentos em 2018, quando também foi alcançada uma marca muito boa, de 160 mil nascimentos. Para se ter uma ideia, somente na primeira eclosão, ocorrida em novembro de 2019, o número de tartaruguinhas nascidas vivas foi de 155 mil, quase superando o total de nascimentos em todo o ano de 2018.

A Unidade foi criada em 1982 e possui 288 mil hectares. Ao longo dos anos, a proteção da tartaruga-da-amazônia é um dos principais objetivos da UC, que é atravessada por uma importante hidrovia do Amazonas, no rio Purus, e que é a principal via de transporte de cargas entre os municípios de Lábrea, Tapauá, Canutama e Beruri para a capital Manaus, portanto, com imenso tráfego fluvial.

Pesquisas relatam que a espécie já foi abundante na região, com cerca de 225 mil filhotes por temporada, número que caiu progressivamente e que somente agora, com esforços integrados de conservação e monitoramento, voltou a subir. O ano de 2019 é citado pela equipe da Rebio como sendo muito importante, graças aos trabalhos de vigilância, monitoramento e fiscalização do principal tabuleiro (como são chamadas as "praias de rio" que servem como berçários das tartarugas), que é a Praia do Abufari, onde os répteis podem assoalhar e desovar, o tempo todo sob proteção das equipes de monitoramento e fiscalização. É na hora da desova que os animais estão mais vulneráveis à captura ou à predação de algum animal. Além disso, o estresse pode impedir a tartaruga de desovar na areia, fazendo com que o animal tenha que

desovar em locais inadequados, como a água, fazendo com que o ovo se perca.

Os filhotes foram remanejados para a soltura em seu habitat natural no rio Abufari, longe de predadores naturais, onde eles terão maiores chances de sobrevivência. Um dia, se eles tiverem sorte, muitas delas voltarão aos tabuleiros para desovar seus próprios ovos.

AMEAÇAS

Endêmica da Amazônia, não é incomum encontrar relatos de ribeirinhos sobre águas povoadas por tartarugas a ponto dos remos dos barcos baterem constantemente em seus cascos. Porém, esses relatos têm ficado cada vez mais raros e mais perdidos nas memórias dos mais antigos.

Embora seja classificada como Quase Ameaçada pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, em alguns lugares, seu risco de extinção é ainda maior. Vários fatores podem contribuir para a ameaça das tartarugas-da-amazônia, que vão desde situações sazonais de mudanças no regime hidrológico dos rios, perturbações antropogênicas como o barulho de embarcações, e o principal que é a caça.

Com fêmeas que podem pesar até 50 quilos e medir um metro de comprimento, a tartaruga-da-amazônia, assim como outros animais de maior porte, acaba sendo uma fonte fácil de proteína. Historicamente, esta é uma espécie muito predada. Desde o século XIX, centenas de milhares de ovos foram usados para iluminação pública das grandes cidades da região norte e a "tartarugada", iguaria feita com o animal, é um símbolo de status, podendo custar, nos restaurantes mais requintados de cidades como Santarém, Belém e Manaus, cerca de mil reais.

Mais de 170 mil filhotes de tartarugas-da-amazônia nasceram na Rebio Abufari no ciclo de 2019



Base Operacional da Esec Jari ganha sistema fotovoltaico

Uma reforma deixou a Base Operacional da Estação Ecológica (Esec) do Jari, no Pará, com visual novo. Foram substituídas as tramas de madeira e do telhado, as paredes e esquadrias ganharam nova pintura, toda a rede elétrica foi substituída para receber o novo sistema fotovoltaico, mais ecologicamente correto e econômico.

O complexo da Base Operacional da Esec Jari é composto por prédios em alvenaria com blocos de alojamentos para 40 pessoas, dois laboratórios, cozinha, refeitório, duas residências funcionais e casas de bombas e força. A Base Operacional foi construída em 1984 e nunca passou por uma ampla manutenção, apenas pequenos reparos pontuais. Desta forma, o telhado em madeira e telha de barraco, estava bastante comprometido e já apresentando infiltrações nas lajes dos prédios e com aparência desagradável pelos aspectos visuais das pinturas das paredes e esquadrias.

A Base Operacional da Esec fica no meio da floresta, a 78 km ao norte do Distrito de Monte Dourado, recebe pesquisadores, docentes e discentes de centro de pesquisas e das universidades Federais e Estaduais de todos os estados do Brasil e até do exterior, como alunos da Lancaster University, da Inglaterra, que estiveram na unidade para atividades de pesquisa e aulas de campo em 2014, 2015 e 2016.

Alojamentos foram construídos há mais de trinta anos e nunca haviam passado por amplas reformas

O fornecimento de energia elétrica era realizado por meio de dois geradores a diesel, que além do alto custo mensal, gera poluição sonora, atmosférica e hídrica, indesejada para uma unidade de proteção integral. Com a implementação do novo sistema de energia solar, em vez de quatro horas diárias de energia elétrica proporcionada pelo gerador a diesel, a base terá energia elétrica 24 horas por dia, solucionando de uma só vez os problemas de comunicação, conservação de alimentos congelados e permitindo a recarga equipamentos elétricos e eletrônicos necessários para os trabalhos dos técnicos, sem a limitação dos geradores a diesel.

O recurso para a obra veio dos fundos de compensação ambiental e foram complementados pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), utilizados na realização de pequenos serviços que não estavam previstos no primeiro orçamento.

Agora, de cara nova e com energia solar, a expectativa da equipe da Esec Jari é receber pesquisadores, professores, estudantes e visitantes em geral com maior comodidade e proporcionar melhores condições de trabalho e conforto durante suas permanências.

O serviço foi apoiado pelo corpo técnico do Serviço de Engenharia e Infraestrutura (Seinfra), com grande participação do analista ambiental José Martinez Campos, presente no processo desde o tempo que o responsável pelo setor era a UAAF Teresópolis.

Marta Cemer

A toninha é um dos mamíferos aquáticos cuja ocorrência de encalhe é monitorada

CMA publica dados de encalhes de mamíferos aquáticos ameaçados de extinção

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) lançou em seu site ocorrência de encalhes de espécies de mamíferos aquáticos ameaçados de extinção. **Clique aqui** e veja os dados. A publicação faz parte da comemoração dos 40 anos de aniversário do Centro, que ocorre neste mês de julho. Os dados estão divididos em três recortes: pequenos cetáceos (boto-cinza e doninhas); grandes cetáceos (cachalotes, baleias-fin, baleias-sei, baleias-franca-austral) e sirênios (peixe-boi-marinho e peixe-boi-amazônico).

Os registros são provenientes do Sistema de Apoio ao Monitoramento de Mamíferos Marinheiros (SIMMAM), são usados de maneira consolidada e com finalidade de gestão e conservação das espécies. O SIMMAM, que é um sistema de informação geográfica que coleta e armazena informações sobre avistagens, capturas acidentais e encalhes de mamíferos aquáticos, iniciou seu desenvolvimento em 2002. Foi desenvolvido pelo Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar), da UNIVALI, tem como parceria Laboratório de Oceanografia Biológica com o Laboratório de Computação Aplicada e um acordo de Cooperação Técnica entre a UNIVALI e o CMA.

O CMA realiza monitoramento de mamíferos aquáticos juntamente com instituições parceiras que fazem parte da Rede de Encalhe e Informação de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB). Em 2009, com surgimento do Projeto de Monitoramento de Praias (PMP), exigência do Ibama para o licenciamento ambiental, com solicitação e acompanhamento pelo ICMBio, houve um aumento de informações de encalhe de mamíferos aquáticos fortalecendo ainda mais o monitoramento de encalhe dos animais, e análises dos possíveis impactos às espécies.

A partir de 2010, o CMA oficializou o SIMMAM como a ferramenta para integração das instituições que fazem parte da REMAB, com a decorrente entrada dos dados tanto de encalhes como de avistagem das instituições que integram a rede.

Os dados mostram que a espécie com maior número de encalhe em todo o Brasil é a Toninha (*Pontoporia blainvillei*), espécie criticamente ameaçada em extinção, a segunda espécie com maior número de encalhe é o Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), espécie avaliada como vulnerável.

Arquivo Esec Jari



ODS relacionados

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



ODS relacionados

14 VIDA NA ÁGUA



ICMBio e parceiros controlam incêndio na Serra da Mantiqueira



Esforços para combate ao incêndio reúnem brigadistas do ICMBio, voluntários, Forças Armadas, governo municipal, estadual e diversas instâncias

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), voluntários e diversos parceiros controlaram o incêndio na Serra Fina, localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, que começou no dia 16. Helicópteros são usados para combater o fogo, mas os bombeiros têm dificuldades de chegar ao local, que possui áreas íngremes e paredões de até 90 graus. Na manhã do dia 19, aeronaves militares, que foram solicitadas ao Ministério da Defesa pelo ICMBio, reforçaram o combate ao fogo.

Já foram queimados mais de 468 hectares. A causa do incêndio é desconhecida. O trabalho dos voluntários é fundamental no suporte às brigadas, mantendo o fluxo de abastecimento de água e comida, e também para guiar as equipes de brigadistas pela região de montanha, além da gestão de doações recolhidas para o combate ao incêndio.

O incêndio está sendo combatido pelo comando unificado (APA da Serra da Mantiqueira, Parque Nacional do Itatiaia, Ibama e Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais), com apoio de outras instituições como: Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Força Aérea Brasileira/Marinha do Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais, Polícia Militar de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Passa Quatro, Prefeitura Municipal de Itamonte, Prefeitura de Queluz Associação de Montanhismos e Proteção da Serra da Mantiqueira – AMPM, Associação de Guias de Passa Quatro - AGP4, Grupo de Voluntários da APASM, Floresta Nacional de Passa Quatro, Refúgio Serra Fina, Instituto SuperAÇÃO e RPPN Pedra da Mina., além de voluntários.

ODS relacionados



www.icmbio.gov.br

Internautas escolhem nome de nova onça flagrada no Iguaçu



Kaluanã é o nome escolhido por internautas para a nova onça-pintada flagrada no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná. O projeto Onças do Iguaçu divulgou o resultado da votação online na última terça-feira (21). A votação ocorreu pelas redes sociais do Onças do Iguaçu e o nome escolhido contou com 299 votos no Instagram (65%). A outra opção, também de origem indígena, era Yeakekan, que quer dizer “som do céu”, e teve 160 votos.

O animal é um macho adulto que, de acordo com a posição das manchas na pelagem, não estava nos registros do projeto. Ele foi flagrado por uma das 60 armadilhas fotográficas que monitoram a espécie ameaçada de extinção no parque. Segundo a equipe do projeto, esta é a terceira onça nova descoberta pelas câmeras do projeto em 2020.

“A maior ameaça das onças é o medo, que vem da falta de conhecimento. Quanto mais

você fala sobre o assunto, mais você substitui o medo por encantamento. Quanto mais corações pudermos atingir, melhor é, pois o amor pelos animais é contagioso. Salvar onças é uma responsabilidade de todos nós” comenta Yara Barros, coordenadora do Projeto.

O Projeto Onças do Iguaçu, desenvolvido pelo ICMBio, tem como missão a conservação da onça-pintada como espécie-chave para a conservação da biodiversidade do parque. São desenvolvidas atividades nas áreas de pesquisa e monitoramento, educação e engajamento das comunidades do entorno do Parque. Atualmente, existe uma população estimada de 22 onças-pintadas no Parque do Iguaçu, que vem mostrando sinais de aumento. Somando-se às onças-pintadas que vivem no Parque, no Parque Nacional do Iguazú (Argentina) e região do Turvo, estima-se 100 animais, o que representa mais de um terço de todas as onças-pintadas da Mata Atlântica.

Por que não devemos soltar animais exóticos na natureza?

O brasileiro é um apaixonado por animais. Como se não bastasse, temos uma das maiores biodiversidades do mundo e somos o terceiro país em população total de animais de estimação, além do quarto maior mercado do segmento no mundo.

Apesar de cães e gatos serem os animais mais comuns nos lares dos brasileiros, há espaço cada vez maior para quem quer animais diferentes. Principalmente com o advento da internet, se popularizaram nichos e grupos que se reúnem para trocar experiências sobre determinados tipos de animais, como iguanas, calopsitas, lagartixas-leopardos (leopardo gecko), cobras-do-milho (*corn snakes*) etc.

Mas quem quiser ter um animal diferente, provavelmente terá que desembolsar mais que com um cachorro ou um gato. Conforme alerta o analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN), Carlos Abrahão, estes bichos requerem cuidados especiais como veterinário especializado, alimento específico e ambientes com controle de umidade e temperatura. “Para se ter um animal regularizado, deve-se comprar direto de um criadouro legalizado ou de uma loja especializada. O animal tem que estar marcado, microchipado e seguir sempre com sua nota fiscal que é a prova do animal ser legal”. Como andar na lei tem os seus custos, muitos procuram um “atalho” adquirindo animais de maneira ilegal. A extensão da nossa fronteira e o foco dos aeroportos em outros tipos de tráfico (como o de drogas, armas etc.) são nossos pontos fracos no tráfico internacional de animais. Quando apenas alguns exemplares são trazidos, é possível reproduzir os bichos aqui, “barateando” os custos de um animal ilegal, as cobras-do-milho são exemplos disso.

Criar um animal diferente e exótico ao nosso meio ambiente demanda muita responsabilidade. Como não foram domesticados, eles não são dóceis, mesmo que seus donos insistam no contrário, e podem transmitir algumas doenças, como a Salmonelose. “Temos alguns relatos em mídia (TV e jornais) de serpentes exóticas encontradas em vias públicas que provavelmente escaparam de criadores ilegais”, alerta Abrahão. E a situação pode ficar ainda pior se estas serpentes que fugirem estiverem fecundadas, pois elas possuem fácil potencial invasor (sem predadores, predam espécies nativas, podem disseminar doenças do meio doméstico ao meio selvagem etc.).

Outro risco é a criação de animais venenosos. Abrahão cita alguns gêneros de viperídeos (*Bitis*, *Cerastes*, *Vipera*, *Gloydius*, *Bothriechis* e *Trimeresurus*), elapídeos, que são parentes da cobra-coral verdadeira (como as najas, mambas e a cobra-rei) e lagartos do gênero *Heloderma* (como o monstro-de-gila, lagarto de contas e o dragão-de-komodo), todos estes com venenos muito potentes e sem produção de soro específico no Brasil. “Para os gêneros de serpentes peçonhentas nativas do Brasil é fabricado soro anticrotálico (*Crotalus*), antilachético (*Lachesis*), antibotrópico (*Bothrops*) e antielapídico (*Micrurus*), contudo estes soros só protegem para espécies venenosas mais comumente responsáveis por acidentes em nosso país”, diz Abrahão. Mas ele também faz um alerta: “Este soro não está disponível em todas as cidades e muitos acidentes ficam sem tratamento ou demoram muito para serem atendidos por não haver soro disponível em local próximo”.



Ainda assim, mesmo com todo o investimento feito, pode ocorrer de o dono desistir de criar o animal. “Muitas pessoas compram sem saber que a espécie atinge um tamanho maior do que imaginado, ou desistem da criação e acabam soltando os animais”, explica a analista ambiental do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC), Tainah Guimarães. Guimarães é autora de um estudo sobre a presença de espécies exóticas e invasoras em Unidades de Conservação. “As pessoas acreditam que estão dando uma boa destinação para o indivíduo, o soltando na natureza, e desconsideram o impacto que essas espécies podem causar”, elucida.

Tainah cita como exemplo de impacto a bioinvasão feita por espécies exóticas. Segundo a analista ambiental, as espécies nativas evoluem sem “aprender” a se defender das espécies exóticas, assim podem competir de maneira desleal com outros predadores nativos pelas mesmas presas. Também conseguem dominar por número. Como geralmente possuem maior taxa de reprodução e sucesso em animais nativos, podem facilmente se tornar a espécie topo num ambiente.

Tainah frisa que a pior decisão sempre será a de soltar na natureza. Quem desistir de criar estes tipos de animais pode procurar o órgão estadual de meio ambiente ou até mesmo um zoológico para viabilizar a doação, no caso do animal ter origem legal. Se o dono não tiver como comprovar a origem do animal, ainda assim pode entregá-lo voluntariamente para o órgão estadual de meio ambiente, sem penalização ou multa.

Já quem resgatar um animal silvestre (atropelamento, animais órfãos), a orientação sempre é a de informar os órgãos de meio ambiente da presença do animal, mesmo que permaneça sob sua guarda. Caso o animal seja flagrado, a pessoa pode ser multada.





Primeiros exemplares devem ser soltos na natureza em pouco mais de seis meses

Ararinhas-azuis mais próximas da vida livre

Em março deste ano chegaram ao Brasil mais de 50 ararinhas-azuis (*Cyanopsitta spixii*) vindas da ACTP da Alemanha. Elas estão no Centro de Reprodução e Reintrodução mantido pela ACTP em Curaçá (BA) e estão se sentindo em casa. As aves, endêmicas desta região do semiárido, estão se ambientando ao clima seco e quente. “Elas ficam na parte externa do recinto, aproveitando o clima da Caatinga, só esperando o dia que vão sair voando”, conta Cromwell Purchase, Diretor da ACTP e responsável pelo Centro em Curaçá.

A expectativa é que no primeiro semestre de 2021 algumas ararinhas-azuis serão soltas na natureza. E ainda serão acompanhadas de maracanãs (outra espécie de psitacídeo que

possui hábitos semelhantes às ararinhas-azuis). Segundo a Coordenadora do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul e analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Camile Lugarini, a maracanã foi identificada como a melhor espécie-modelo para refinar as metodologias de soltura da ararinha-azul. “Isso acontece pela similaridade de tamanho, de forrageamento, especificidade de habitat, por se agruparem em bandos, dentre outras características”, argumenta.

Camile explica que a estratégia é preparar as aves para serem soltas o mais jovem possível, a fim de aproveitar sua curiosidade inata para explorar e experimentar uma grande variedade

de alimentos disponíveis, e, assim, evitar instintivamente os predadores. Outro aspecto importante do projeto é testar as tecnologias de rastreamento. Mas isso ainda está sendo decidido pelos pesquisadores. A possibilidade é o rastreamento por rádio tradicional para localização das aves ou uso de transmissores mais modernos com captação de sinais a partir de sinais de celular, quando elas forem soltas na natureza.

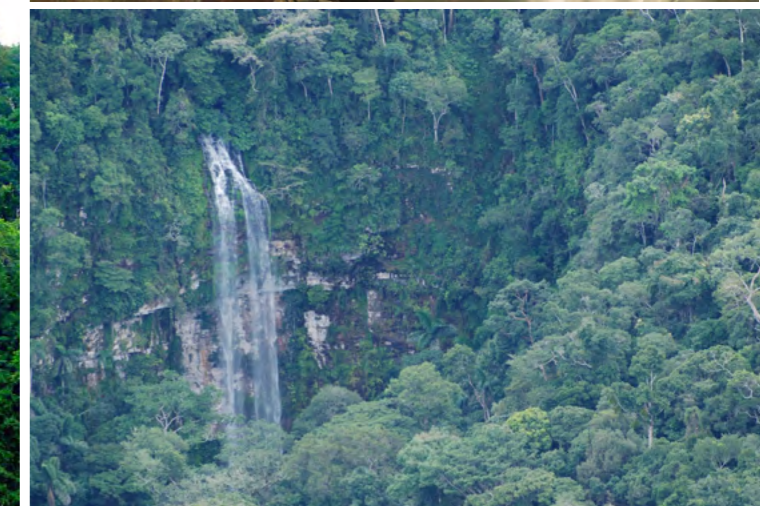
A ararinha-azul é considerada uma das espécies de aves mais ameaçadas do mundo. Endêmica de uma pequena região no semiárido, o último indivíduo selvagem desapareceu da Caatinga baiana em outubro de 2000, o que levou a espécie a ser classificada como Criticamente em Perigo (CR), possivelmente Extinta na Natureza (EW). Desde 2000, os poucos exemplares que restaram em coleções particulares vêm sendo usados para reproduzir a espécie em cativeiro. A espécie foi descoberta no início do século 19 pelo naturalista alemão Johann Baptist von Spix.

A reintrodução das ararinhas-azuis no seu bioma de origem é um processo previsto pelo Plano de Ação Nacional (PAN) da Ararinha-Azul em conjunto com organizações internacionais que detinham grande parte das aves em cativeiro. No primeiro ciclo do PAN, dentre outros resultados, o principal foi a multiplicação de animais em cativeiro para aumentar a variabilidade genéticas das aves. Agora, no segundo ciclo, o objetivo esperado é realizar a soltura de algumas ararinhas-azuis com as maracanãs.

As ações de conservação, previstas no PAN, culminaram na criação de duas Unidades de Conservação (UC), em 2018: Refúgio de Vida Silvestre e a Área de Proteção Ambiental – APA da Ararinha Azul. O objetivo de criação das unidades de conservação é uma estratégia de proteção das amostras do bioma Caatinga, especialmente os fragmentos florestais de mata ciliar e de savana estépica relevantes para o ciclo de vida da ararinha-azul.

Resex do Rio Ouro Preto (RO)

Acervo Resex do Rio Ouro Preto; Fabrício Cruz e Luciano Malanski





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato
Narayanan Miranda

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Bruno Bimbato

Chefe substituto:

Bruno Bimbato

Foto da Capa

Gabriel Tarso

Colaboraram nesta edição

Carla Viviane – DCOM; José Newton Costa – Esec Jari; Lílian Hangae – NGI Salgado Paraense; Matheus Soares – CMA; Patrício Ribeiro – Rebio Abufari; Rodrigo Jorge – CBC.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL